ISSN: 2358-8829

FORMAR PARA TRANSFORMAR: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE MONITORES NA FUNDAÇÃO GOL DE LETRA

Thaya Pereira[1]

INTRODUÇÃO

Ao tratar da juventude no campo educacional e sociológico, torna-se indispensável compreender a multiplicidade de sentidos e Vivências que caracterizam esse grupo social. Historicamente compreendida como uma fase de transição do desenvolvimento humano, delimitada em termos etários entre os 15 e os 29 anos, a juventude não pode ser reduzida a uma mera categoria cronológica. Fatores de ordem biológica, psíquica, econômica e cultural atravessam de modo heterogêneo as trajetórias dos sujeitos, gerando oportunidades, desafios e vulnerabilidades substancialmente distintos. Por essa razão, a literatura científica contemporânea defende a utilização do termo 'juventudes' no plural, sublinhando que se trata de uma construção social complexa, produzida na confluência de marcos históricos e relações de poder específicos (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2008).

Nesse contexto de diversidade e desigualdade, os movimentos sociais e as organizações comunitárias desempenham papel crucial na mobilização e formação dos jovens. Como assinala Gohn (2011), os movimentos sociais organizam ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, oferecendo canais por meio dos quais as populações expressam suas demandas e exercem o controle social sobre as políticas públicas. As lutas pelo direito à educação possuem dimensão histórica e processual, desdobrando-se tanto em espaços escolares formais quanto em instituições não escolares. Ao situar a educação no horizonte da cidadania, tais movimentos conferem ao ato educativo um sentido emancipatório, estimulando o engajamento juvenil em causas coletivas e a construção de identidades comunitárias pautadas pela solidariedade e pela justiça social (GOHN, 2011).

[1] Mestra em Educação pela Faculdade de Formação de professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), Educadora da Fundação Gol de Letra, thaya.gr@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

Contudo, a atuação de entidades do Terceiro Setor na oferta de projetos sociais e educativos requer permanente análise crítica. Boutin e Flach (2016) problematizam o risco de certas iniciativas assumirem funções e responsabilidades de assistência social que deveriam ser primordialmente asseguradas pelo Estado. Práticas de cunho estritamente assistencialista ou reformista correm o risco de arrefecer a consciência crítica dos sujeitos, mantendo intactas as estruturas capitalistas que geram as desigualdades. Por outro lado, cumpre reconhecer que diversas organizações sociais desenvolvem propostas pedagógicas altamente qualificadas, comprometidas com a ampliação do acesso a direitos e com a formação humana de crianças e jovens em territórios vulnerabilizados.

Essa atuação ganha sustentação teórica e jurídica quando compreendida no âmbito da efetivação dos direitos sociais. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Os artigos 6º e 217 da Carta Magna asseguram o esporte, o lazer e o trabalho como direitos sociais fundamentais. No âmbito do incentivo ao esporte e à educação social, a regulação conferida pela Lei Complementar nº 222/2025 e regulamentada pelo Decreto nº 12.861/2026 fortalece o financiamento comunitário de projetos socioeducativos comunitários (BRASIL, 2025; BRASIL, 2026).

Nesse referencial, a Pedagogia Social e as contribuições do pensamento de Paulo Freire (2017) oferecem pilares para a construção de uma educação libertadora e dialógica. Freire defende que a educação autêntica visa à superação das dinâmicas de opressão pela conscientização crítica e pela práxis transformadora. Cabe à Pedagogia Social, aliada a educadores reflexivos, assumir o desafio de construir espaços educativos acolhedores e emancipatórios nos territórios vulneráveis. (PASSOS; ARAÚJO, 2020).

O presente artigo analisa as experiências formativas desenvolvidas na Fundação Gol de Letra, localizada no bairro do Caju, no Rio de Janeiro. A instituição atua no atendimento a crianças, adolescentes e jovens, promovendo a educação integral por meio de oficinas culturais, esportivas e de inserção no mundo do trabalho. Dentre as estratégias pedagógicas adotadas, destaca-se a formação de monitores: jovens de 15 a 18 anos que participam de processos formativos contínuos e atuam diretamente ao lado dos educadores regentes nas oficinas da instituição, percebendo bolsa-auxílio. Diante disso,

ISSN: 2358-8829

o objetivo do presente artigo consiste em refletir sobre o fazer socioeducativo da monitoria na instituição, detalhar os métodos e práticas pedagógicas empregados na formação dos jovens e discutir a relevância desse processo formativo para a construção da autonomia, do protagonismo juvenil e da reflexão crítica sobre a realidade social.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo pautou-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa em educação. A investigação qualitativa revela-se especialmente adequada para apreender a complexidade dos processos educativos e sociointeracionais que ocorrem no cotidiano de projetos sociais, permitindo analisar os significados, valores e concepções que orientam as práticas pedagógicas (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017).

O desenho metodológico fundamentou-se na análise documental e na sistematização da proposta pedagógica da monitoria na Fundação Gol de Letra. Foram examinados os documentos organizacionais do programa, incluindo o roteiro de formação de monitores e os 2 últimos relatórios de acompanhamento pedagógico. O exame das fontes documentais permitiu compreender a estrutura organizacional do projeto, os requisitos de ingresso, a carga horária semanal e as dinâmicas de supervisão adotadas.

A interpretação dos dados institucionais foi articulada à revisão bibliográfica e ao diálogo teórico com o campo da Pedagogia Social e da Sociologia da Educação. Na perspectiva sinalizada por Azevedo (2016), o referencial teórico não cumpre mero papel ornamental no texto científico, mas atua como quadro analítico que possibilita problematizar, categorizar e interpretar a realidade empírica. Adicionalmente, a análise incorporou os aportes sobre o professor reflexivo e pesquisador trazidos por André (2001), reconhecendo a relevância de investigar rigorosamente as práticas pedagógicas sem perder de vista o compromisso social e ético do pesquisador em educação.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho apoia-se em conceitos centrais do campo da educação não formal e da Pedagogia Social. Brandão (2007) adverte que a educação não possui um modelo único nem se encontra aprisionada n a instituição escolar. O ato de ensinar e aprender ocorre nas mais diversas instâncias da vida social, na família, no trabalho, nos movimentos comunitários e nas organizações da sociedade civil. Reconhecer a multiplicidade dos espaços educativos é pressuposto para compreender a potência das ações socioeducativas desenvolvidas no Terceiro Setor.

A Pedagogia Social consolida-se como um campo do saber e de intervenção focado na dimensão pedagógica das ações sociais. Conforme conceituam Ferreira e Sirino (2020), trata-se de um arcabouço teórico-prático constituído a partir das urgências da realidade social, cujo propósito reside em enfrentar os processos de exclusão e vulnerabilidade por meio da emancipação humana, do despertar da consciência política e do exercício da liberdade. Diferenciando-se da instrução meramente escolar, a educação social visa ao desenvolvimento integral dos sujeitos, fortalecendo atitudes éticas, habilidades relacionais e senso de responsabilidade comunitária.

Além disso, Ferreira (2019) destaca a transdisciplinaridade da Pedagogia Social, ressaltando suas conexões com o Direito, as Ciências Sociais, a Psicologia e a Filosofia. Os educadores sociais atuam em diversos espaços, tais como centros de acolhimento, equipamentos da Assistência Social e instituições filantrópicas voltadas à infância e à juventude. Nesses cenários, a ação pedagógica orienta-se pela valorização dos saberes locais, pela escuta atenta das demandas dos atendidos e pela construção de redes de proteção social e garantia de direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Formação de Monitores na Prática: Estrutura e Dinâmica Pedagógica

O programa é direcionado a jovens de 15 a 18 anos que vivenciaram a condição de educandos nas oficinas da própria instituição. Assim, ao ingressarem na monitoria,

esses jovens efetuam uma transição de papel significativa: de usuários dos serviços passam a atores co-responsáveis pelo fazer educativo.

Os jovens interessados submetem-se a um processo seletivo institucional. Uma vez aprovados, assinam termo de compromisso com duração de até dois anos, cumprindo jornada entre 16 e 24 horas semanais no contraturno das aulas regulares e percebendo uma bolsa-auxílio financeira. A frequência e regularidade na rede formal de ensino constituem exigências indispensáveis para a continuidade do vínculo. Para capacitar esses jovens no desempenho de suas atribuições, a instituição organiza o processo formativo em três eixos integrados:

1. Formação Teórica Específica: Desenvolvida sob a orientação direta dos educadores regentes das respectivas áreas temáticas (Esportes e Letramento). Consiste em encontros dedicados ao planejamento detalhado das sessões educativas, ao estudo de artigos e manuais pedagógicos e à discussão de desafios cotidianos das turmas nas áreas de atuação dos monitores. Na área de Esportes, abrange conteúdos conceituais e metodológicos de Educação Física, Esporte Educacional, multiesportes e modalidades como Futsal, Ginástica Rítmica, Judô, Tênis de Mesa e Tênis de Quadra, a depender da área esportiva ou do programa em que o jovem atua. Na área de Letramento, enfatiza o estímulo à leitura, o desenvolvimento da expressão oral e o domínio de ferramentas tecnológicas e de informação.

2. Formação Teórica Comum: Conduzida quinzenalmente por um educador formador, reunindo a totalidade dos monitores. O conteúdo programático orienta-se pelas diretrizes e eixos estratégicos do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). Abrange dez eixos temáticos fundamentais: I) Cidadania, participação social e política; II) Educação integral, inclusiva e não escolar; III) Mundo do trabalho e formação profissional; IV) Diversidade e igualdade, abordando marcadores sociais de gênero, raça, classe, religião e acessibilidade; V) Saúde, bem-estar e qualidade de vida; VI) Cultura; VII) Comunicação e inclusão digital; VIII) Desporto e lazer; IX) Direito à cidade e mobilidade urbana; e X) Sustentabilidade e conscientização socioambiental.

3. Formação Prática Supervisionada: Constitui a vivência pedagógica direta nas oficinas, onde os monitores atuam em parceria com os educadores regentes no atendimento às turmas de crianças e adolescentes. Sob a supervisão contínua do educador

ISSN: 2358-8829

formador, os jovens aplicam as propostas de atividade planejadas, exercitam o manejo de grupo, recebem feedbacks e aprimoram sua postura educativa, consolidando o aprendizado no exercício cotidiano da práxis.

Somam-se a essa estrutura de capacitação diversas atividades complementares de enriquecimento cultural, tais como visitas a museus e teatros, participação em seminários e saraus, organização de festivais comunitários, encontros de intercâmbio entre as sedes do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de programa de intercâmbio internacional na França reservado a monitores que se destacam no processo. Essas vivências ampliam significativamente os horizontes culturais e a visão de mundo dos jovens.

Contexto Territorial e Mediação Pedagógica das Desigualdades

A atuação socioeducativa da Fundação Gol de Letra ganha relevância quando situada no contexto territorial do Complexo do Caju, bairro localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Trata-se de uma região historicamente afetada pela escassez de equipamentos públicos e por indicadores de vulnerabilidade social acentuados, registrando a 111ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dentre os bairros cariocas no mapeamento do Censo de 2000 (IPP, 2003).

A literatura sobre sociologia urbana e educação demonstra que o pertencimento a territórios periféricos e favelizados associa-se a riscos elevados de distorção idade-série e abandono escolar (RIBEIRO, 2008). Nesses contextos, as pressões financeiras frequentemente impelem os adolescentes à busca por renda informal, rivalizando com o tempo dedicado aos estudos formais.

Nessa perspectiva, duas estratégias do programa de monitoria revelam especial eficácia no combate à evasão. Em primeiro lugar, a concessão da bolsa-auxílio provê um suporte financeiro ao jovem, atenuando a necessidade imediata de inserção no mercado de trabalho precarizado. Em segundo lugar, a obrigatoriedade do vínculo com a escola regular garante que a bolsa e a monitoria funcionem como incentivos à escolarização, e não como fatores de afastamento do ensino formal. Conforme ressaltado pela Pedagogia Social, a educação não formal não substitui a escola, mas com ela se articula para potencializar o desenvolvimento do sujeito.

ISSN: 2358-8829

Ademais, as reflexões de Bourdieu e Champagne (1997) sobre a ilusão da democratização do ensino auxiliam na compreensão do impacto do programa. Os autores demonstram que a escola tradicional opera sob a premissa de uma igualdade formal que oculta as disparidades na herança cultural das diferentes classes sociais. Ao proporcionar acesso sistemático a bens culturais, literatura, tecnologia e viagens, o programa de monitoria favorece a ampliação do capital cultural dos jovens periféricos, oferecendo-lhes ferramentas simbólicas para enfrentar os mecanismos de exclusão social e construir trajetórias autônomas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a formação de monitores na Fundação Gol de Letra evidencia a relevância das práticas da Pedagogia Social na promoção do protagonismo juvenil e na redução das desigualdades sociais em territórios vulnerabilizados. A passagem do jovem do lugar de aluno ao de monitor constitui um marco de amadurecimento e corresponsabilidade, permitindo que os participantes atuem como legítimos multiplicadores socioeducativos em sua própria comunidade.

A arquitetura metodológica do programa, estruturada na articulação harmônica entre formação teórica específica, formação transversal orientada pelo Estatuto da Juventude e prática pedagógica supervisionada, demonstra rigor técnico e compromisso ético. Essa estratégia qualifica o atendimento oferecido às crianças da instituição e estimula nos monitores o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de liderança e do engajamento comunitário.

Destaca-se, igualmente, a eficácia da bolsa-auxílio associada à exigência de matrícula na escola como mecanismo de retenção e incentivo à continuidade dos estudos secundários. Esse modelo demonstra que a articulação entre apoio financeiro, enriquecimento cultural e formação ajuda a mitigar os riscos de distorção idade-série e evasão escolar característicos das áreas periféricas.

Conclui-se que o programa de formação de monitores da Fundação Gol de Letra representa uma experiência socioeducativa consistente e inspiradora para o campo das políticas públicas de juventude. Reafirma-se a centralidade da educação não formal e da

Pedagogia Social como instrumentos indispensáveis para a construção da cidadania plena, a garantia de direitos e a promoção da transformação social.

Palavras-chave: Formação; Pedagogia Social; Protagonismo Juvenil; Prática Pedagógica; Movimentos Sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200003. Acesso em: 28 out. 2026.

AZEVEDO, Débora. Revisão de literatura, referencial teórico, fundamentação teórica e framework conceitual em pesquisa: diferenças e propósitos. Working paper, 2016. Disponível em: https://unisinos.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers. Acesso em: 28 out. 2026.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A pesquisa qualitativa em educação: reflexões sobre a abordagem sociohistórica. Revista Eletrônica de Educação, v. 11, n. 2, p. 450-462, 2017.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 217-227.

BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona; FLACH, Simone de Fátima. Juventude e participação social: concepções que orientam ações e políticas para os jovens brasileiros. EccoS – Revista Científica, São Paulo, n. 41, p. 189-205, set./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5585/eccos.n41.6272.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 222, de 2025. Altera a legislação de incentivo ao esporte e educação social. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.861, de 2026. Regulamenta os mecanismos de fomento e apoio ao esporte social e educacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2008.

FERREIRA, Arthur Vianna. Libertando a docência da educação escolar: os espaços não escolares como local de formação docente ampliada inicial e continuada. In: FERREIRA, Arthur Vianna (org.). Conviver também é educar. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 13-43.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino. Um tripé para a educação social: os sujeitos, os espaços e os currículos possíveis nas práticas educativas não escolares. Notandum, n. 53, p. 105-127, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4025/notandum.vi53.51692.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2003.

PASSOS, J. M.; ARAÚJO, M. M. Pedagogos sociais reflexivos: episteme de uma formação. In: FERREIRA, Arthur Vianna (org.). Conviver também é educar. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. p. 117-135.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. (org.). A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008.